



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

Em 20 de julho de 2023.

OFÍCIO GP Nº 505/2023

Excelentíssimo Senhor
MARCO ANTONIO DE SOUSA
Presidente da Câmara Municipal de Praia Grande
PRAIA GRANDE – SP

RECEBIDO EM:
21/07/2023
[Assinatura]

Senhor Presidente,

Com o presente dirijo-me a Vossa Excelência, para comunicar às razões que fundamentam o **VETO TOTAL** do Autógrafo de Lei nº 25/2023, relativo ao Projeto de Lei nº 104/2023 de autoria do Excelentíssimo Vereador Marcelino Santos Gomes que “Declara de Utilidade Pública o Instituto Almas Azuis Igor Venâncio, e adota providências correlatas”, em razão do não preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Lei Municipal nº 1689/2013, no caso vertente as alíneas “f” e “g”.

Para melhor entendimento das razões do presente veto total, transcrevemos a alíneas “f” e “g” do artigo 2º da lei Municipal nº 1689/2013 que dispõe:

Art. 2º. Só poderá ser declarada de utilidade pública a entidade que comprovar os seguintes requisitos:

(...)

f)Que não são remunerados, por qualquer forma, os cargos de diretoria e que não distribui lucros, dividendos, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

g)Que, comprovadamente, apresente relatórios circunstanciados das ações da entidade nos 3 (três) anos de exercício anteriores à formulação do pedido, com a exata observância das suas finalidades estatutárias.

[Assinatura]



Município da Estância Balneária de Praia Grande
Estado de São Paulo

O Estatuto Social apresentado prevê expressamente a remuneração de seus dirigentes, artigo 45, do Estatuto Social:

“(…)

Art. 45. Poderá ser instituída remuneração para os dirigentes da associação que atuem efetivamente na gestão executiva e para aqueles que a ela prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente a sua área de atuação.

(…). “

Portanto diante do acima exposto, o Instituto Almas Azuis Igor Venâncio, não cumpriu os requisitos elencados no artigo 2º da Lei Municipal nº 1689/2013.

Essas são as razões do **veto total**, medida que aguardamos seja mantida por essa Colenda Casa de Leis.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar nossos protestos de elevada estima e consideração a Vossa Excelência.

Atenciosamente,


ENG. RAQUEL AUXILIDORA CHINI
PREFEITA